

FICHA DE SEGUIMENTO

AVALIAÇÃO DO PROJETO ESCOLA+ DINAMIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2009-2013)

Janeiro 2015

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
À COOPERAÇÃO PORTUGUESA				
1. Prosseguir a dinamização do ES e deste modo contribuir para fortalecer e consolidar a língua portuguesa como instrumento de cooperação, mediante o financiamento de uma segunda fase do Projeto.	DSC/DAB	Aceite	O CICL reconhece a importância da continuidade deste projeto e acordou com o IMVF um novo ciclo (em curso). Por força dos constrangimentos orçamentais o novo projeto não terá a abrangência desejada centrando-se sobretudo na capacitação dos professores.	Realização de ações de formação para os docentes são-tomenses: 2 edições de Didática Geral, 2 edições de Práticas de Escrita e uma edição das 11 disciplinas do ensino secundário (estas estão em curso).
	IMVF	Aceite		Em Setembro de 2013 arrancou a segunda fase do projeto Escola+, fase II. Não aparecendo como um eixo específico de intervenção do projeto, é reconhecida a importância da língua portuguesa como um fim e como um instrumento de aprendizagem. É assim que, no âmbito da formação contínua têm vindo a ser realizadas ações de formação em práticas de escrita, envolvendo não apenas os professores de língua portuguesa, mas também os professores de outras disciplinas. No ano letivo 2013/ 2014 foram realizadas

¹ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

² Recomendação aceite ou rejeitada.

³ Justificação do serviço/organismo responsável por implementar a recomendação.

⁴ Explicar o que foi feito no último ano para implementar a recomendação.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				<p>quatro ações de formação em Práticas de Escrita I, com uma duração de 25 horas cada. 73 professores concluíram com sucesso a formação, de um total de 82 inscritos.</p> <p>No início do ano letivo 2014/15 esta ação de formação foi reeditada, tendo 47 professores concluído com sucesso a formação..</p>
<p>3. Manter o nível de apoio à dinamização do ensino secundário de S. Tomé e Príncipe, dando prioridade à consolidação da revisão curricular e ao desenvolvimento das competências profissionais dos professores.</p>	DSC/DAB	Aceite	Estas vertentes estão contempladas no novo projeto já em curso.	Os professores portugueses, em equipa com os metodólogos do Ministério da Educação de STP, realizam sessões de apoio aos docentes são-tomenses, nas escolas, tendo em vista assegurar, entre outras coisas, a aplicação das alterações decorrentes da revisão curricular.
	IMVF	Aceite	Com a validação da <i>Carta de Política Educativa para São Tomé e Príncipe</i> (que define novas metas para o ensino secundário, quer ao nível do acesso, quer ao nível da garantia de qualidade), a equipa de coordenação do <i>Escola +</i> avançou com a elaboração de um <i>Plano Operacional para o Ensino Secundário</i> que procurou identificar um conjunto de propostas que pudessem materializar os objetivos consignados na referida Carta. Este Plano foi oportunamente partilhado com o Ministério da tutela são-tomense e com o Camões-ICL. Com base no mesmo, o IMVF avançou com uma proposta de continuidade do projeto <i>Escola +</i> no âmbito da qual identifiquei as prioridades de intervenção para a efetiva consolidação e apropriação da reforma do ensino secundário.	<p>Quer a consolidação da revisão curricular, quer o desenvolvimento das competências dos professores têm vindo a ser prosseguidos através da atividade de formação contínua.</p> <p>No ano letivo de 2013/ 2014, para além das ações de formação em práticas de escrita, ainda no âmbito da atividade de formação contínua, foram desenvolvidas ações de formação em didática geral tendo em vista o desenvolvimento e reforço de competências e estratégias pedagógicas mais adequadas aos conteúdos programáticos introduzidos pela revisão curricular. Foram realizadas cinco ações de formação em Didática Geral, com um total de 50 horas cada. 85 professores concluíram com sucesso a formação.</p> <p>No início do ano letivo 2014/2015 apoiou-se a reedição da ação de formação em práticas de escrita, em didática geral estando previsto para o segundo período o início das ações de formação específica por disciplina. Estas</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
			<p>Contudo, por indisponibilidade financeira da cooperação portuguesa, a referida proposta teve que ser revista, tendo sido necessariamente retirada - nesta segunda fase - a abertura de novas licenciaturas (enquadrada no eixo de reforço de competência dos professores), bem como o reforço do Parque Escolar. De referir que, mesmo o apoio previsto para a capacitação do Ministério teve que ser redimensionado e remetido para o segundo ano de projeto por indisponibilidade financeira no primeiro (2013-2014).</p> <p>Contudo, importa reforçar que, a responsabilidade da consolidação e efetiva apropriação da Reforma do Ensino Secundário ultrapassa em larga medida o Escola+/ a Cooperação Portuguesa, sendo da responsabilidade direta do Ministério da tutela são-tomense garantir o seu reforço, recorrendo a meios e recursos próprios e a financiadores/ parceiros complementares.</p>	<p>ações de formação específica incidem na aquisição e atualização de conhecimentos associados à didática da disciplina e no desenvolvimento de novas competências e atualização do corpo docente ao nível do conhecimento do conteúdo necessário à concretização dos programas.</p> <p>Também com vista à consolidação da revisão curricular e desenvolvimento das competências dos professores decorre desde o início do ano letivo 2014/2015 a preparação da profissionalização em serviço, em estreita colaboração com as autoridades competentes.</p> <p>Das atividades previstas para o reforço das competências dos professores, apenas a colaboração com os bacharelados promovidos pelo então ISP e atual Universidade de S. Tomé e Príncipe, não teve lugar, por indisponibilidade financeira da instituição superior de ensino para avançar com os cursos. Está previsto o arranque dos bacharelados para o início de 2015.</p> <p>Ainda ao nível da revisão curricular de destacar as cinco sessões de esclarecimento realizadas em várias escolas do país, sobre o sistema de avaliação introduzido durante a primeira fase do projeto.</p>
<p>4. Equacionar, neste âmbito, a possibilidade de selecionar, por concurso, uma instituição de ensino superior portuguesa, que enquadre e apoie a intervenção dos professores cooperantes no sistema educativo santomense.</p>	IMVF	Aceite	<p>Aceite apenas no que ultrapassa a prática letiva, por exemplo na formação e capacitação dos professores santomenses.</p>	<p>A partir do segundo ano do projeto, a equipa viria a optar pela contratação de uma coordenadora pedagógica, com doutoramento e experiência comprovada ao nível da didática e da formação de professores.</p> <p>Esta solução tem a mais-valia, em relação à contratação de uma escola superior de educação, de ser</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				<p>economicamente mais eficiente e acima de tudo, de possibilitar uma assistência técnica em permanência e adequada aos contextos específicos de ensino aprendizagem.</p> <p>Adicionalmente, e a partir do mesmo ano letivo, este reforço foi complementado pela construção de uma rede de professores com formação diferenciada (a quase totalidade com doutoramento específico na área das disciplinas) que voluntariamente, à distância e em conjunto com a Coordenadora Pedagógica apoiam na revisão científica dos conteúdos das formações específicas e na sua adequação aos programas propostos pela revisão curricular e contextos de ensino/aprendizagem. Ao nível da língua portuguesa foi estabelecida uma parceria diretamente com o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.</p>
<p>5. Assegurar a atualização científica e pedagógica, através de formação creditada, dos professores cooperantes portugueses.</p>	<p>IMVF</p>	<p>Aceite</p>	<p>Proporcionar e não assegurar a atualização científica e pedagógico Os professores cooperantes portugueses contratados são profissionais atualizados e devem ter o mesmo tratamento dos professores contratados que lecionam em Portugal.</p>	<p>A partir do segundo ano do projeto os professores passaram a contar com o apoio, em permanência da Coordenadora Pedagógica. Complementarmente, estes professores contam com o apoio da rede de professores com formação científica diferenciada (ver comentário acima) que prestam apoio à distância e através da mediação da Coordenadora Pedagógica. Esta ações não sendo creditadas, e tendo um carácter informal, não deixam por isso de contribuir para a atualização científica e pedagógica dos professores do projeto.</p> <p>Adicionalmente, está a ser considerada a possibilidade, de se realizar uma ação de formação em supervisão pedagógica, no terceiro ano de projeto, que terá a Coordenadora Pedagógica como formadora, e o Camões</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				Instituto da Cooperação e da Língua como entidade certificadora tendo em vista a atualização e reforço das competências dos professores cooperantes neste domínio.
6. Proporcionar uma formação de base linguística para os professores, por se entender que o estudo e o trabalho com e sobre a língua na aprendizagem dos conteúdos curriculares é de grande utilidade para o desenvolvimento linguístico dos professores e um contributo fundamental para o sucesso escolar dos alunos.	DSC/DAB	Aceite		A DAB promoveu a participação da DSLC no projeto através colaboração desta DS nas formações relativas à Língua Portuguesa, o que se revelou um contributo técnico muito importante.
	IMVF	Aceite	Nesse sentido, o IMVF manteve na segunda fase do projeto Escola +, o apoio à formação contínua dos professores são-tomenses, no âmbito da qual se inclui o reforço das competências pedagógicas, o reforço da Língua Portuguesa e atualizações científicas em todas as áreas disciplinares.	Como já foi referido acima, esta recomendação tem sido concretizada através das ações de formação em práticas de escrita, que no segundo ano do projeto vão na sua segunda edição, estando em curso a preparação da ação de Práticas de escrita II a ser implementada em 2015/16. Também o facto de o Instituto insistir na contratação de um professor de língua portuguesa para a Região Autónoma do Príncipe- RAP (e outro de matemática) espelham bem esta preocupação. Esta atividade será reforçada, a partir do segundo ano de projeto com as deslocações do metodólogo de língua portuguesa às escolas da RAP (à semelhança do que já acontece em S. Tomé).
7. Prosseguir no apoio de melhoria das condições de habitabilidade e preservação das instalações e equipamentos do KE MESE e atualização do seu acervo documental.	IMVF	Aceite	O IMVF, em estreita colaboração com os vários professores cooperantes, continuará a procurar apoios complementares no apetrechamento da KE MESE e de outras bibliotecas escolares, à semelhança do que foi feito durante os 4 anos de projeto.	O <i>Ke Messe</i> foi apropriado pelo Liceu nacional, cabendo a esta instituição a gestão mais adequada à capacidade financeira e necessidades do estabelecimento de ensino.
8. Prosseguir no apoio institucional ao ISP de STP no que se refere ao complemento de formação de docentes	DSC/DAB	Aceite	Continua a colaboração com os bacharelatos do ISP no Príncipe	O ISP – agora convertido em Universidade de S. Tomé e Príncipe – é parceiro do Escola+ em diversas atividades. Por seu lado, o projeto disponibilizou a colaboração dos

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
bacharéis do ES nas áreas carenciadas deste subsistema.				dois professores colocados no Príncipe para a lecionação de disciplinas do bacharelato.
	IMVF	Aceite		<p>A proposta inicialmente apresentada ao Camões previa a abertura de novas licenciaturas em inglês, educação visual e oficial e educação, por serem estas as áreas disciplinas com menos professores com formação ao nível do ensino secundário. No entanto, devido a limitações financeiras, não foi possível integrar a atividade no projeto.</p> <p>Adicionalmente e como já foi referido acima, apesar da disponibilidade do projeto Escola+ para colaborar na realização destes bacharelatos na Região Autónoma do Príncipe, eles não viriam a arrancar por indisponibilidade financeira do então ISP. Esta colaboração seria concretizada através da lecionação de disciplinas por parte dos professores cooperantes de matemática e de língua portuguesa colocados na Região Autónoma do Príncipe.</p>
9. Reforçar o processo de gestão descentralizada e a autonomia das escolas, promovendo a formação dos membros das direções sem formação específica e a formação de pessoal administrativo em domínios prioritários, nomeadamente legislação, informática, contabilidade e do pessoal auxiliar, para que este último possa colaborar efetivamente no apoio aos alunos e na manutenção das escolas.	DSC/DAB	Aceite	É uma das vertentes da segunda fase do projeto já em curso.	Está prevista para 2015 formação para o Departamento de Planeamento da Direção do Ensino Secundário
	IMVF	Aceite	Nesse sentido, o IMVF incluiu na proposta para a segunda fase do projeto, o reforço das capacidades de gestão e acompanhamento dos serviços centrais do Ministério da Educação, procurando assim garantir uma crescente autonomia na gestão e apropriação das reformas introduzidas.	<p>Como já foi referido acima, na coluna da justificação, o apoio ao nível dos serviços centrais do Ministério da Educação, ao qual está associado o apoio à gestão das escolas, está previsto para ter início no segundo ano do projeto. Ainda assim, e no decurso do primeiro ano foi prestado apoio pontual às direções das escolas secundárias. Esta assistência debruçou-se sobre a organização dos horários, currículos dos cursos, formação dos professores e a disponibilidade dos textos de apoio.</p> <p>Foi também prestado apoio para a implementação do Despacho 47/GMECF/2013, que estabelece o regime de</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				organização e funcionamento dos serviços administrativos.
<p>10. Prosseguir no apoio à expansão do ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) disseminando-o por outras escolas e diversificando os cursos de acordo com as necessidades nacionais e locais e promovendo deste modo a empregabilidade dos alunos que terminam o ES e o desenvolvimento da economia de STP.</p>	IMVF	Aceite	<p>O ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) é a grande novidade da intervenção do Escola+. Retirar-lhe o apoio significa voltar “quase tudo” ao início.</p>	<p>Eixo não aprovado no quadro da segunda fase do projeto.</p> <p>De destacar no entanto, o processo de apropriação conduzido no quadro da fase I do projeto, já que ainda no ano letivo 2010/ 2011 se assistiu à transferência da gestão dos cursos profissionalmente qualificantes para o Liceu Nacional, a quem coube a decisão de abertura de novos cursos. Também neste ano letivo, foram introduzidos pela primeira vez, os cursos secundários profissionalmente qualificantes no ensino noturno. Desde então, os CSPQ têm vindo a ser geridos pelo Ministério da Educação.</p> <p>Ao contrário dos CSPQ, e com o encerramento do Escola+, não foi dada continuidade aos cursos de educação profissional que representavam a orientação para a vida ativa, ao nível do primeiro ciclo do ensino secundário⁵.</p> <p>Não obstante o eixo relativo ao reforço do ensino profissional não ter sido aprovado para financiamento, desde o arranque da segunda fase que a equipa de Coordenação Nacional tem vindo a prestar assistência técnica à Direção do Ensino Secundário e Técnico Profissional na organização e abertura de novos Cursos Profissionais Profissionalmente Qualificantes.</p>

⁵ A este resultado não é estranho o facto dos cursos secundários profissionalmente qualificantes terem iniciado em data anterior ao Escola+, o que terá possibilitado mais tempo para a sua estabilização e foram criados os mecanismos e instrumentos adequados à sua sustentabilidade.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
<p>11. Reforçar a liderança do CICL, enquanto organismo coordenador da Cooperação Portuguesa, promovendo a necessária articulação entre as instituições portuguesas que desenvolvem atividades em outros níveis de ensino, a formação de quadros técnicos do MEC, etc.</p>	DSC/DAB	Aceite	Aceite sem prejuízo do papel fundamental que STP também tem neste preciso.	Realizou-se, em junho de 2014, o Comité Técnico de Acompanhamento do ESCOLA +, no qual participaram o CICL (DSC e DSLC) e a Embaixada. Esta reunião (bianaual) tem por objetivo a divulgação do projeto junto das entidades do sector da educação no sentido de estabelecer sinergias. Realizam-se reuniões regulares com o executor do projeto, nas quais participam a DSC e DSLC. O CICL esteve envolvido no processo de recrutamento de dois docentes e do Coordenador Pedagógico. A DSLC tem dado um contributo específico no que diz respeito á Língua Portuguesa (revisão científica das ações de formação em LP). O CICL participou nas duas missões de acompanhamento do projeto a STP.
	IMVF	Aceite		Embora reconhecendo o papel do Camões neste processo, a segunda fase do projeto Escola +, instituiu a realização periódica de Comités de Acompanhamento com o objetivo de possibilitar a coordenação entre vários atores com intervenção no setor da educação, incluindo de instituições portuguesas, como é o caso da Gulbenkian que a partir de Setembro de 2014 passou a contar com uma assistente técnica para a área do ensino básico em permanência, no país.
<p>12. Colaborar com as autoridades santomenses na articulação das ações da cooperação portuguesa com as de outros doadores no setor da educação e outros, fomentando sinergias que concorram para resultados mais eficientes a favor do setor educativo do país.</p>	DSC/DAB	Aceite		Não existem outros doadores neste sector.
	IMVF	Aceite		Como já foi referido, a criação do Comité de Acompanhamento contribuiu para este resultado. São convidadas a participar nas reuniões do Comité de Acompanhamento as instituições de educação nacionais que direta ou indiretamente trabalham com o projeto, assim como outros doadores. Ao nível das instituições nacionais participaram no

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				<p>primeiro Comité de Acompanhamento a Direção do Ensino Secundário e Técnico Profissional a Direção do Planeamento e Inovação Educativa - DPIE, a Direção de Administração Educativa, a Direção do Ensino Básico, a Direção do Ensino Superior, a Inspeção-Geral de Educação, o Gabinete de Assessoria ao Ministro, mas também Direção Administrativa e Financeira e Direção do Trabalho do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais.</p> <p>Foi igualmente endereçado um convite ao Presidente do Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe, que acabaria por não vir a participar no Comité. Ainda assim, têm vindo a ser realizadas reuniões periódicas com o então ISP, agora Universidade de S. Tomé e Príncipe com quem o projeto colabora na implementação de algumas atividades. Esta regularidade ao nível dos encontros verifica-se aliás, também em relação à colaboração com a Direção de Ensino Secundário e DPIE.</p> <p>Na primeira reunião do Comité de Acompanhamento do Escola+ foi endereçado um convite ao PNUD, embora não tivesse comparecido nenhum representante desta instituição.</p>
<p>13. Incluir a Gestão de Risco, na conceção de uma eventual 2ª. Fase do Projeto Escola+ e nas intervenções do Projeto, como forma de aumentar a qualidade da ajuda.</p>	DSC/DAB	Aceite		<p>Nesta segunda fase existe uma preocupação muito particular com o envolvimento da contraparte são-tomense, sobretudo ao nível da Direção do Ensino Secundário, de modo a promover uma maior apropriação. Contudo, a instabilidade política que caracteriza o país tem dificultado este esforço. As mudanças ao nível do Executivo repercutem-se, por exemplo, na direção das escolas.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
	IMVF	Aceite	<p>A elaboração do referido <i>Plano Operacional do Ensino Secundário</i> tem como base uma análise dos principais desafios, constrangimentos e riscos do Sistema de Ensino Secundário. O IMVF concorda com a importância da inclusão de sistemas de gestão de risco em qualquer fase de implementação do projeto mas reconhece que a gestão e mitigação dos riscos setoriais – numa abordagem macro do setor da educação – ultrapassa a responsabilidade do Escola+ ou da Cooperação Portuguesa, sendo a sua resolução/mitigação da responsabilidade do Ministério da tutela são-tomense.</p> <p>Por outro lado, o Escola+/Cooperação Portuguesa deverá assumir a gestão e mitigação de quaisquer riscos que decorram da implementação direta do projeto, estando, naturalmente, a sua capacidade de mitigação condicionada pela disponibilidade orçamental do projeto.</p>	Reitera-se o que já foi referido no comentário.
14. Realizar um acompanhamento mais estreito e eficaz do contributo da Cooperação Portuguesa para os ODM em STP, nomeadamente nos objetivos que dizem especificamente respeito à educação.	DSC/DAB	Aceite		Monitoria mensal com dados estatísticos e informação qualitativa. No entanto, não é feito um acompanhamento na ótica da contribuição para os ODM, mas antes para o objetivo do projeto.
	IMVF	Aceite		Os ODM mais diretamente relacionados com o setor da educação são o segundo e o terceiro nomeadamente: ODM 2:Alcançar o ensino primário universal, a que está

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				<p>associada a meta de garantir que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário; ODM 3: Promover a igualdade do género e a autonomização da mulher, ao qual está associado a meta que consiste na eliminação de disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005 e em todos os níveis até 2015</p> <p>O primeiro objetivo diz pouco ao Escola+ que é centrado no ensino secundário. Em todo o caso não deixa de ser assinalável que em 2009 a taxa bruta de escolarização para o primeiro ciclo do ensino secundário era de 58⁶%, tendo passado em 2012/ 2013 para 63%⁷ incluindo o primeiro e segundo ciclo do ensino secundário.</p> <p>Já relativamente à participação das mulheres no ensino secundário não têm sido apurados dados por género, prática que se procurará passar a introduzir.</p>
15. Ter sempre em atenção, no setor da educação, a necessidade de adaptar as intervenções às especificidades do país, incluindo a situação linguística.	DSC/DAB	Aceite		Esta 2ª fase do projeto centra-se na consolidação da reforma curricular efetuada na 1ª fase, cuja principal preocupação foi a adaptação dos currículos à realidade são-tomense.
	IMVF	Aceite	E à situação socioeconómica, não ignorando formação profissional com reflexo no futuro dos jovens e do País.	A fim de garantir esta adequação o projeto assume um conjunto de medidas. A primeira das quais a integração de técnicos nacionais no corpo de colaboradores do projeto. Veja-se a título de exemplo que o Coordenador do projeto e coordenadores adjuntos são quadros nacionais.

⁶ Dados do Ministério da Educação de S. Tomé e Príncipe

⁷ Dado do projeto, na ausência de dados publicados pelo Ministério da Educação.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				<p>Com o mesmo fim, são realizadas reuniões e encontros regulares entre o projeto e a Direção de Ensino Secundário, Direção de Planeamento e Inovação Educativa e gestores escolares.</p> <p>A fim de reforçar esta adequação dos instrumentos e processos educativos promovidos pelo projeto, deu-se início com a segunda fase, ao reforço do setor metodológico, atividade no âmbito da qual são realizadas visitas às escolas por equipas constituídas por metodólogos e professores do projeto. Estas visitas têm proporcionado uma oportunidade para perceber até que ponto as estratégias pedagógicas e conteúdos formativos propostos pela/com a revisão curricular vão ao encontro das especificidades do contexto de ensino/ aprendizagem das escolas e comunidade escolar.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	JUSTIFICAÇÃO	SEGUIMENTO
À COOPERAÇÃO PORTUGUESA E ÀS AUTORIDADES SANTOMENSES				
36. Promover a harmonização e articulação entre diversos setores, nomeadamente nos da saúde, da educação e do trabalho.	IMVF	Aceite		Como já foi referido, para além das instituições nacionais e de cooperação que colaboram com o país no setor da educação participaram ainda no Comité de Acompanhamento outras instituições pertencentes a setores próximos como o setor da saúde e do trabalho, mais concretamente a Direção Administrativa e Financeira e a Direção do Trabalho do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais
37. Ter em consideração as Decisões da VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP, em que se reafirma a importância do desenvolvimento das competências técnicas e profissionais, por via do Ensino Técnico Profissional	IMVF	Aceite		O eixo relativo ao reforço do ensino técnico-profissional não foi aceite para financiamento.
38. Continuar a promover o reforço e melhoramento do parque escolar: construindo novas escolas, fornecendo-lhes água e melhorando as instalações sanitárias de todas as escolas, assim como as áreas de estudo e de convívio e os acessos e transportes para as mesmas. Para tal, a Cooperação Portuguesa deverá colaborar com o MEC, no sentido de se encontrar financiamento de várias origens.	IMVF	Aceite	A equipa de coordenação do projeto <i>Escola +</i> assegurou já um levantamento das principais necessidades de reabilitação e equipamento das escolas secundárias que poderá apoiar na definição de prioridades de investimento e procura de financiamentos complementares.	Eixo relativo ao reforço do parque escolar não foi aceite para financiamento.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	JUSTIFICAÇÃO	SEGUIMENTO
39. Elaborar um documento pormenorizado de caracterização do ES de STP que considere, atualizando, alguns dos dados fornecidos pela avaliação do Projeto Escola + e outros complementares e identificadores da realidade do país.	IMVF	Aceite		Foi montado um sistema de monitoria do projeto, que para além de ter apurado dados de base, possibilita o apuramento de dados que permitem medir o progresso relativamente aos resultados inicialmente identificados. Espera-se que os resultados, e os indicadores permitam medir as mudanças induzidas pelo projeto ao nível do ensino secundário.
40. Elaborar um Plano Operacional de Intervenção para os próximos 4 anos para assegurar a continuidade do trabalho desenvolvido e sustentabilidade das inovações introduzidas no ES.	IMVF	Aceite		Foi elaborado e apresentado ao Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.
41. Promover, no prazo de 2 anos, uma avaliação do novo currículo e dos textos de apoio mediante um inquérito feito a gestores, professores dos vários níveis de ensino, alunos, encarregados de educação e empregadores.	IMVF	Aceite	A segunda Fase do Projeto <i>Escola +</i> prevê um momento de avaliação externa final que poderá, caso o C-ICL concorde, ser repartido em momentos de avaliação intermédios, ao longo dos quatro anos da ação, dando assim pistas para melhor orientação das atividades a meio percurso.	Esta possibilidade está a ser avaliada pelo IMVF, Ministério da Educação e Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.
42. Promover uma melhor articulação entre uma eventual 2ª fase do Projeto e as estruturas do MEC, de forma que, no final dos próximos 4 anos, tenha sido conseguida uma apropriação de todo o trabalho realizado pelas autoridades	DSC/DAB	Aceite	A 2ª fase do projeto contempla uma vertente de reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação e das Escolas	A instabilidade política, com a consequente indefinição quanto aos interlocutores, tem constituído um constrangimento. De qualquer forma, o projeto tem trabalhado de forma regular com a Direção do Ensino Secundário, integrando os seus contributos na planificação e programação de atividades.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	JUSTIFICAÇÃO	SEGUIMENTO
santomenses que deverão assegurar a sua continuidade.	IMVF	Aceite	Neste sentido, o IMVF propôs para a segunda fase do Projeto, o reforço das capacidades de gestão e acompanhamento dos serviços centrais do Ministério da Educação, procurando assim garantir uma crescente apropriação e sustentabilidade das reformas introduzidas.	<p>Com a segunda fase do projeto foi concebido um conjunto de atividades tendo em vista o reforço da capacidade dos serviços centrais do Ministério da Educação, mas também a apropriação do projeto.</p> <p>Estas atividades consistem na:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de reuniões regulares do Comité de Acompanhamento; • No reforço da capacidade da Direção do Ensino Secundário e Técnico Profissional; • No reforço da capacidade da Direção de Planeamento e Inovação Educativa e; • No reforço do setor metodológico. <p>O principal objetivo com a criação dos Comités de Acompanhamento tem sido exatamente o de possibilitar um conhecimento aprofundado e um acompanhamento mais estreito do projeto pelos vários setores da educação. Esta medida de apropriação é completada, como já foi referido, pela realização de reuniões regulares com a Direção do Ensino Secundário e DPIE.</p> <p>As outras três atividades permitirão levar o Escola + para “dentro do Ministério”, através do contacto direto e do trabalho a “quatro mãos” com os metodólogos, mas também na identificação de ações de formação e assistência técnica a proporcionar às duas direções de ensino. Esta aproximação tem-se revelado fundamental na construção de um diálogo construtivo que tem aproximado projeto e estruturas centrais.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	JUSTIFICAÇÃO	SEGUIMENTO
<p>35. Realizar a divulgação da eventual 2ª fase do Escola + nos media e realizar reuniões nas escolas em que estejam presentes representantes das autoridades locais, a direção e administração das escolas, professores, alunos, encarregados de educação e empregadores locais.</p>	<p>IMVF</p>	<p>Aceite</p>		<p>A aprovação do projeto viria a ter lugar apenas em novembro de 2013, dois meses depois do início do ano letivo, quando arrancou no terreno a segunda fase do Escola +, por forma a não comprometer a transição bem-sucedida entre a primeira e a segunda fase do projeto. Isto explica o motivo por que não foi possível realizar a divulgação simultaneamente com o arranque do projeto.</p> <p>A comunicação tem sido, não obstante um elemento significativo na implementação do projeto.</p> <p>A fim de divulgar as ações formativas proporcionadas pelo projeto têm sido promovidas deslocações às escolas pela equipa de coordenação, e realizadas reuniões com os gestores escolares para posterior divulgação nas suas escolas. Estes encontros são completados por material de divulgação como cartazes e folhetos.</p> <p>Também com a finalidade de levar o conhecimento do Escola+, fase II às escolas e comunidade escolar em geral foi realizada uma sessão pública em junho de 2014, na qual foram convidados a participar associações de pais, professores, gestores escolares, ministério da execução, sindicatos, ISP e outras instituições de ensino superior, embaixadas com representação em S. Tomé e Príncipe. Nesta reunião foram apresentadas as atividades do projeto, com um balanço das atividades implementadas e por implementar.</p>